



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**

Estado de São Paulo

**Projeto de Lei 55/2021**

Protocolo 32444 Envio em 27/09/2021 08:43:24

OFÍCIO Nº. 699/2021-GAP

Paraguaçu Paulista-SP, 23 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
José Roberto Baptista Júnior  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Guerino Mateus, 205, Jardim Paulista  
19703-060 Paraguaçu Paulista-SP

**Assunto: Encaminha o Projeto de Lei nº \_\_\_\_/2021.**

Senhor Presidente:

Encaminhamos à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal o referido Projeto de Lei e sua Justificativa, que “Dispõe sobre a reformulação do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, deliberada pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, e a revogação das Leis Municipais nº 2.092/1999 e 2.373/2005”.

Certos da atenção de Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos e apresentamos nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

**ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)**  
Prefeito

ATS/JRA/ammm  
OF



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

### **JUSTIFICATIVA**

Projeto de Lei nº. \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021.

Senhor Presidente e Nobres Vereadores:

Encaminhamos à apreciação e deliberação dessa egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei, que “Dispõe sobre a reformulação do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, deliberada pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, e a revogação das Leis Municipais nº 2.092/1999 e 2.373/2005”.

O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, criado pela Lei Municipal nº 2.092, de 8 de dezembro de 1999, alterado pela Lei nº 2.373, de 1º de abril de 2005, é um instrumento de suporte e apoio financeiro para implantação e manutenção dos projetos e programas do Departamento Municipal de Turismo, exclusivo para as atividades turísticas da Estância Turística de Paraguaçu Paulista.

O Fundo Municipal de Turismo se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de turismo no Município, com recursos destinados a programas, projetos e ações turísticas implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado. Tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e aplicação de recursos destinados a programas, projetos e ações turísticas no Município.

A administração e controle do Fundo Municipal de Turismo caberá a uma Diretoria designada pelo Prefeito e composta por 6 (seis) membros: o Diretor do Departamento de Turismo; 2 (dois) indicados pelo Departamento de Turismo; e 3 (três) indicados pelo Conselho Municipal de Turismo.

São receitas do Fundo Municipal de Turismo os preços públicos da cessão de espaços públicos para exploração comercial de eventos de cunho turísticos e de negócios definidos em Regimento Interno do Fundo Municipal de Turismo; os produtos do desenvolvimento de suas finalidades institucionais; as resultantes de convênios, contratos ou acordos firmados com instituições públicas ou privadas, estaduais, nacionais ou estrangeiras, dentre outras.

Os recursos do Fundo Municipal de Turismo somente serão aplicados e movimentados por deliberação do Conselho Municipal de Turismo, de acordo com o respectivo plano de aplicação financeira aprovado pelo próprio Conselho, podendo ser aplicados nos programas de promoção, proteção e recuperação turística, estabelecidos no Plano Diretor de Turismo e também pactuados e desenvolvidos pelo Conselho Municipal de Turismo; na promoção e financiamento de estudos e pesquisas de desenvolvimento do turismo municipal, dentre outras.



## Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Esta propositura estabelece e disciplina ainda, a possibilidade de financiamento de projetos turísticos a serem custeados pelo Fundo Municipal de Turismo que se enquadrem, em um ou mais dos seguintes tipos:

I - estratégia de comercialização: ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e a eficácia dos meios de comercialização escolhidos. **Exemplos:** planos de marketing, ações inovadoras de promoção e comercialização etc.;

II - fortalecimento Institucional: ações orientadas ao fortalecimento dos órgãos dirigentes de turismo, por meio de mecanismos interinstitucionais de gestão e coordenação, em âmbito municipal e privado, e do apoio à gestão turística municipal. **Exemplos:** fortalecimento da gestão municipal do turismo; elaboração de planos e projetos para a melhoria da gestão dos destinos turísticos etc.;

III - infraestrutura e serviços básicos: investimentos imprescindíveis para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele e satisfazer as necessidades básicas do turista durante a sua estada. **Exemplos:** Edificações, equipamentos, materiais e utensílios que ampliem ou possibilitem a acessibilidade aos atrativos turísticos; Recursos padronizados no Guia Brasileiro de Sinalização; Centros de atendimento ao turista etc.;

IV - gestão ambiental: garantir a preservação dos recursos naturais e culturais, que são a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar. **Exemplos:** recuperação de patrimônio histórico; proteção e recuperação ambiental; estudos de impacto ambiental; planos de manejo e uso público de áreas de proteção ambiental; melhoria e adequação de parques ou espaços municipais para a sua utilização turística etc.;

V - outros tipos de projetos que sejam considerados de relevância turística.

A seleção dos projetos turísticos realizar-se-á por meio de atos convocatórios do Gestor do Fundo Municipal de Turismo. Os pareceres específicos sobre os projetos com postulação de apoio financeiro serão elaborados pela Comissão Municipal de Incentivo ao Turismo – CMIT, composta por 3 (três) profissionais especializados em cada área de atuação turística, a ser instituída, com prazo determinado, por ato do Diretor do Departamento de Turismo. O parecer final dos projetos será do Conselho Municipal de Turismo.

A presente propositura foi aprovada pelo Conselho Municipal de Turismo, em reunião ordinária realizada em 18 de agosto de 2021, conforme cópia da ata que acompanha esta propositura.



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

Posto isto, considerada a relevância da matéria, solicitamos os bons préstimos de Vossa Excelência e dos Nobres Vereadores na apreciação e votação desta propositura.

Atenciosamente.

**ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)**  
Prefeito



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_\_, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a reformulação do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, deliberada pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, e a revogação das Leis Municipais nº 2.092/1999 e 2.373/2005.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

APROVA:

**CAPÍTULO I**

**DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO**

Art. 1º O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, criado pela Lei Municipal nº 2.092, de 8 de dezembro de 1999, alterado pela Lei nº 2.373, de 1º de abril de 2005, fica reformulado nos termos desta lei.

Art. 2º O Fundo Municipal de Turismo tem natureza contábil e financeira própria e será vinculado ao Departamento Municipal de Turismo.

Art. 3º O Fundo Municipal de Turismo se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de turismo no Município, com recursos destinados a programas, projetos e ações turísticas implementadas de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Turismo tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e aplicação de recursos destinados a programas, projetos e ações turísticas no Município.

**CAPÍTULO II**

**DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE**

Art. 4º A administração e controle do Fundo Municipal de Turismo caberá a uma Diretoria designada pelo Prefeito e composta por 6 (seis) membros:

- I - o Diretor do Departamento de Turismo;
- II - 2 (dois) indicados pelo Departamento de Turismo; e
- III - 3 (três) indicados pelo Conselho Municipal de Turismo.

§ 1º A indicação dos membros da Diretoria do Fundo Municipal de Turismo será realizada em assembleia do Conselho Municipal de Turismo, cujas regras serão definidas em conjunto pelo Departamento de Turismo e Conselho Municipal de Turismo.



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 2 de 12*

§ 2º A função de membro da Diretoria do Fundo Municipal de Turismo será exercida gratuitamente e considerada serviço público relevante.

Art. 5º Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Turismo com planejamento, estudos, acompanhamentos, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar 5% (cinco por cento) de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato do Conselho Municipal de Turismo.

Art. 6º Para a realização dos serviços administrativos atinentes ao Fundo Municipal de Turismo, o Departamento de Turismo poderá designar os servidores necessários.

Parágrafo único. Dentre os servidores designados, o Diretor do Departamento de Turismo indicará um responsável que desempenhará a função de Secretário-Executivo do Fundo Municipal de Turismo.

### **Seção I**

#### **Das Atribuições do Conselho Municipal de Turismo Relativas ao Fundo Municipal de Turismo**

Art. 7º São atribuições do Conselho Municipal de Turismo relativas ao Fundo :Municipal de Turismo:

I - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos turísticos;

II - estabelecer para o Departamento de Turismo as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas turísticas definidas no Plano Municipal de Turismo.

III - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo;

IV - avaliar e aprovar os balancetes trimestrais e o balanço anual;

V - solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e a avaliação das atividades a cargo do Fundo;

VI - aprovar convênios, ajustes, acordos e contratos firmados com base em recursos do Fundo;

VII - dar ampla publicidade, no Município, de todas as resoluções do Conselho Municipal de Turismo relativas ao Fundo.

### **Seção II**



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 3 de 12*

### **Das Atribuições do Departamento de Turismo Relativas ao Fundo Municipal de Turismo**

Art. 8º São atribuições do Departamento de Turismo relativas ao Fundo Municipal de Turismo:

I - coordenar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com o Plano Municipal de Turismo;

II - apresentar ao Conselho Municipal de Turismo o plano de aplicação dos recursos;

III - apresentar ao Conselho Municipal de Turismo, para aprovação, balanço anual e demonstrativos trimestrais das receitas e despesas realizadas;

IV - seguir orientações da Contabilidade da Prefeitura, com relação a emissão de notas de empenho, cheques e ordens de pagamento referente às despesas do Fundo;

V - manter os controles necessários à execução das receitas e despesas do Fundo;

VI - apresentar ao Conselho Municipal de Turismo a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo;

VII - manter controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não governamentais financiados com recursos do Fundo;

VIII - firmar, com o Prefeito, os respectivos convênios e termos de colaboração ou fomento com pessoas físicas e ou jurídicas de direito público ou privado.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS RECURSOS DO FUNDO**

Art. 9º São receitas do Fundo Municipal de Turismo:

I - os preços públicos da cessão de espaços públicos para exploração comercial de eventos de cunho turísticos e de negócios definidos em Regimento Interno do Fundo Municipal de Turismo;

II - os produtos do desenvolvimento de suas finalidades institucionais tais como:

a) arrecadação de preços públicos cobrados pela permissão ou cessão de bens municipais sujeitos à administração do Departamento Municipal de Turismo;



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 4 de 12*

b) resultado da venda de passaportes do Trem Turístico, Grande Lago, Parque Aquático e Circuito de Arvorismo, a ser regulamentado por decreto do Poder Executivo;

c) promoção de caráter turístico realizado com intuito de arrecadar recursos para o Fundo Municipal de Turismo;

III - os rendimentos oriundos da aplicação de seus próprios recursos;

IV - as resultantes de convênios, contratos ou acordos firmados com instituições públicas ou privadas, estaduais, nacionais ou estrangeiras, dentre elas:

a) taxas de hospedagens ou de passagens aeroviárias, ferroviárias e rodoviárias;

b) produto de arrecadação de taxas, multas e juros no âmbito do turismo;

c) participação na bilheteria de eventos turísticos, com fins lucrativos;

d) venda de publicações turísticas editadas pelo Conselho Municipal de Turismo;

e) participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do Município;

V - os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

VI - as contribuições, transferências de pessoa física ou jurídica, instituição pública ou privada, subvenções, repasses e donativos em bens ou espécie;

VII - os provenientes de patrocínio e apoio de pessoas jurídicas ou físicas, estaduais, nacionais ou estrangeiras, destinadas a promoções, eventos, campanhas publicitárias e projetos no âmbito do turismo; e

VIII - quaisquer outras receitas, créditos, rendas adicionais e extraordinárias, e outras contribuições financeiras legalmente incorporáveis.

§ 1º A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao Fundo Municipal de Turismo e não utilizados serão transferidos para utilização pelo próprio Fundo no exercício financeiro subsequente.

§ 2º Os recursos com destinação específica serão exclusivamente empregados no respectivo programa, projetos de ação turística ou obras.

### **CAPÍTULO IV DA CONTABILIZAÇÃO DO FUNDO**



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 5 de 12*

Art. 10. A contabilidade tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio Fundo Municipal de Turismo, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 11. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 12. A gestão contábil dos recursos do Fundo Municipal de Turismo será realizada pelo Departamento de Administração e Finanças com anuência do Departamento de Turismo.

§ 1º A execução financeira do Fundo Municipal de Turismo observará as normas da Contabilidade Pública, bem como a legislação relativa a licitações e contratos e estará sujeita ao efetivo controle dos órgãos próprios de controle interno do Poder Executivo, sendo que a receita e aplicação dos respectivos recursos serão, periodicamente, objeto de informação e prestação de contas.

§ 2º Para atendimento ao disposto no § 1º deste artigo, o Departamento de Administração e Finanças encaminhará aos órgãos competentes que se fizer necessário, após aprovação pelo Conselho Municipal de Turismo:

I - trimestralmente, demonstrativo de receitas e despesas (balancete);

II - anualmente, relatório de atividades e prestação de contas, com Balanço Geral, observadas a legislação e as normas pertinentes.

§ 3º Para o Departamento de Turismo, o documento trimestral a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo deverá ser acompanhado de cópias dos respectivos comprovantes das receitas e despesas, o mesmo ocorrendo em relação à apresentação das contas ao Conselho Municipal de Turismo.

§ 4º O Departamento de Turismo com auxílio do Departamento de Administração e Finanças divulgará, a cada semestre, no Diário Oficial Eletrônico do Município e em sua página institucional na rede mundial de computadores:

I - demonstrativo contábil informando:

- a) recursos arrecadados ou recebidos;
- b) recursos utilizados;
- c) saldo de recursos disponíveis.

II - relatório discriminado, contendo:

- a) número de projetos turísticos beneficiados;
- b) objeto e valor de cada um dos projetos beneficiados.



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 6 de 12*

### **CAPÍTULO V**

#### **DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 13. O Conselho Municipal de Turismo deverá informar ao Departamento de Administração e Finanças, até o dia 31 de agosto, a previsão de arrecadação e da aplicação da despesa para que seja inserida no respectivo projeto de lei orçamentária anual (LOA).

Art. 14. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Diretor do Departamento de Turismo apresentará ao Conselho Municipal de Turismo, para análise e aprovação, o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo.

Art. 15. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária previsão orçamentária.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos, poderão ser utilizados créditos adicionais, autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.

Art. 16. As despesas do Fundo Municipal de Turismo constituir-se-ão do financiamento total ou parcial dos programas, projetos e ações turísticas implementados de forma descentralizada, constantes do plano de aplicação.

Art. 17. A execução orçamentária da receita processar-se-á através da obtenção do seu produto nos recursos do Fundo Municipal de Turismo determinadas nesta lei.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO**

Art. 18. Os recursos do Fundo Municipal de Turismo serão depositados em conta bancária específica aberta em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Turismo".

§ 1º O gestor e ordenador de despesas do Fundo Municipal de Turismo será o Diretor do Departamento de Turismo.

§ 2º A conta bancária específica do Fundo Municipal de Turismo será movimentada pelo Diretor do Departamento de Turismo em conjunto com o Tesoureiro da Prefeitura, observada a competência específica delegada por decreto executivo.

Art. 19. Os recursos do Fundo Municipal de Turismo somente serão aplicados e movimentados por deliberação do Conselho Municipal de Turismo, de



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 7 de 12*

acordo com o respectivo plano de aplicação financeira aprovado pelo próprio Conselho, podendo ser aplicados:

I - nos programas de promoção, proteção e recuperação turística, estabelecidos no Plano Diretor de Turismo e também pactuados e desenvolvidos pelo Conselho Municipal de Turismo;

II - na promoção e financiamento de estudos e pesquisas de desenvolvimento do turismo municipal;

III - nos programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos dos serviços de apoio ao turismo e dos membros do Conselho Municipal de Turismo;

IV - no custeio parcial ou total de despesas de viagens dos membros do Conselho Municipal de Turismo, desde que comprovada a sua destinação exclusiva para o desenvolvimento turístico;

V - nos trabalhos de comunicação e divulgação de matérias relativas ao turismo do Município;

VI - na aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo destinados ao desenvolvimento das atividades do Conselho Municipal de Turismo;

VII - nos programas de divulgação turística municipal em âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional;

VIII - na confecção de material de divulgação e distribuição para a rede de serviços de apoio ao turismo do Município;

IX - nos projetos e convênios de repasse de instituições privadas e públicas, estaduais, nacionais e internacionais; e

X - no custeio de eventos.

Art. 20. O exercício financeiro do Fundo Municipal de Turismo coincidirá com o ano civil.

Art. 21. O saldo financeiro do Fundo Municipal de Turismo, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

### **CAPÍTULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 22. Toda despesa realizada com recursos do Fundo Municipal de Turismo deverá ser objeto de prestação de contas ao Gabinete do Prefeito e ao



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 8 de 12*

Conselho Municipal de Turismo, não excluindo a apresentação a outros órgãos públicos nos casos assim determinados.

Parágrafo único. A prestação de contas será feita em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal que regulam a tomada de prestações de contas.

Art. 23. As entidades de direito público ou privado que receberem recursos transferidos do Fundo Municipal de Turismo a título de subvenções sociais, auxílios, termos de fomento, termos de colaboração ou transferências a qualquer título, serão obrigadas a comprovar a aplicação dos recursos recebidos, segundo os fins a que se destinarem, sob pena de suspensão de novos recebimentos, além de responsabilização administrativa, civil e criminal.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DO FINANCIAMENTO DE PROJETOS TURÍSTICOS**

Art. 24. Para efeitos desta lei, considera-se:

I - projeto turístico: proposta de realização de obras, ações ou eventos especificamente voltados para o desenvolvimento do turismo e/ou a preservação do Patrimônio Turístico do Município e de investimentos relacionados à recuperação e à valorização dos atrativos turísticos públicos necessários para promover, consolidar ou melhorar a competitividade dos destinos e dos empreendimentos turísticos;

II - proponente: pessoa jurídica ou física estabelecida ou domiciliada no Município há, pelo menos 2 (dois) anos, que proponha projetos de natureza turística ao Departamento de Turismo;

III - produtor turístico: responsável técnico pela execução do projeto turístico.

Art. 25. O Fundo Municipal de Turismo financiará projetos turísticos apresentados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas com atuação na área turística, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos e relevância para o Município.

Art. 26. Os projetos a serem custeados pelo Fundo Municipal de Turismo deverão enquadrar-se, em um ou mais dos seguintes tipos:

I - estratégia de comercialização: ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e a eficácia dos meios de comercialização escolhidos;

II - fortalecimento Institucional: ações orientadas ao fortalecimento dos órgãos dirigentes de turismo, por meio de mecanismos interinstitucionais de gestão



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 9 de 12*

e coordenação, em âmbito municipal e privado, e do apoio à gestão turística municipal;

III - infraestrutura e serviços básicos: investimentos imprescindíveis para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele e satisfazer as necessidades básicas do turista durante a sua estada;

IV - gestão ambiental: garantir a preservação dos recursos naturais e culturais, que são a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar;

V - outros tipos de projetos que sejam considerados de relevância turística.

Art. 27. Os projetos deverão ser apresentados em formulários específicos elaborados pelo Departamento de Turismo, acompanhados de documentos necessários para habilitação, análise técnica e de mérito.

### **CAPÍTULO IX**

#### **DA SELEÇÃO DOS PROJETOS TURÍSTICOS**

Art. 28. A seleção dos projetos turísticos realizar-se-á por meio de atos convocatórios do Gestor do Fundo Municipal de Turismo.

Art. 29. Os pareceres específicos sobre os projetos com postulação de apoio financeiro serão elaborados pela Comissão Municipal de Incentivo ao Turismo – CMIT, composta por profissionais especializados em cada área de atuação turística, a ser instituída, com prazo determinado, por ato do Diretor do Departamento de Turismo.

§ 1º Os membros da Comissão Municipal de incentivo à Cultura serão indicados e convocados pelo Conselho Municipal de Turismo e homologados pelo Diretor do Departamento de Turismo.

§ 2º Cada Comissão deverá ser composta por 3 (três) especialistas locais e/ou regionais que farão a avaliação e seleção dos projetos inscritos.

§ 3º Fica vedada a participação de membros do Conselho Municipal de Turismo na Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, bem como cancelada a inscrição de propostas que tenham vínculos diretos ou indiretos com membros dessa Comissão.

§ 4º O parecer final dos projetos será do Conselho Municipal de Turismo.

Art. 30. Qualquer projeto apresentado por membros do Conselho Municipal de Turismo, independentemente do valor, deverá ser avaliado pela



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 10 de 12*

Comissão Municipal de Incentivo ao Turismo e, está vedada a votação do conselheiro proponente do projeto.

Art. 31. Compete à Comissão Municipal de Incentivo ao Turismo analisar a documentação e os objetivos de cada projeto, de acordo com as diretrizes da política turística do Município, conforme estabelecido nesta lei, no Plano de Aplicação e no Plano Municipal de Turismo.

Art. 32. A Comissão Municipal de Incentivo ao Turismo deverá adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

- I - avaliação do impacto econômico, social e ambiental;
- II - adequação orçamentária;
- III - viabilidade de execução; e
- IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

Art. 33. Após selecionados os projetos pela Comissão Municipal de Incentivo ao Turismo, os mesmos serão encaminhados para a aprovação do Conselho Municipal de Turismo.

Art. 34. Os recursos do Fundo Municipal de Turismo serão transferidos a cada proponente em conta-corrente única, da qual ele seja titular, aberta em instituição financeira indicada pelo Departamento de Turismo, com a finalidade exclusiva de movimentar os recursos transferidos para execução de ações apoiadas pelo Fundo Municipal de Turismo.

Art. 35. Após a aprovação do projeto não será permitida a transferência de sua titularidade, salvo em caso de falecimento ou invalidez do proponente ou quando ocorrer o desligamento do dirigente da entidade e/ou empresa.

Art. 36. Os executores dos projetos apresentarão, até 30 (trinta) dias após a sua conclusão, cronogramas físico-financeiros sobre a execução dos projetos e prestarão contas da utilização dos recursos alocados aos projetos turísticos incentivados, de forma a possibilitar a avaliação, pelo Departamento de Turismo e Conselho Municipal de Turismo, dos resultados atingidos, dos objetivos alcançados, dos custos reais, da repercussão da iniciativa na sociedade e demais compromissos assumidos pelo proponente e pelo executor.

Parágrafo único. A não apresentação da prestação de contas e de relatórios de execução nos prazos fixados implicará na aplicação de uma das seguintes sanções ao proponente, a critério da comissão responsável pela análise do projeto:

- I - advertência;



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 11 de 12*

II - suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes e que estejam tramitando no Fundo Municipal de Turismo;

III - paralisação e tomada de contas do projeto em execução;

IV - impedimento de pleitearem qualquer outro incentivo do Departamento de Turismo e de participarem, como contratados, de projeto e/ou eventos promovidos pelo Governo Municipal;

V - inscrição no cadastro de inadimplentes do Departamento de Turismo e do órgão de controle de contratos e convênios da Prefeitura, sem prejuízo de outras cominações cíveis, criminais e tributárias decorrentes de fraude ao erário.

Art. 37. Os benefícios do Fundo Municipal de Turismo não poderão ser concedidos a projeto que não seja de natureza turística ou cujo proponente:

I - esteja inadimplente com o Departamento de Turismo;

II - esteja inadimplente com a prestação de contas de projeto turístico anterior;

III - não tenha domicílio no Município;

IV - seja servidor público municipal ou membro da Comissão Municipal de Incentivo ao Turismo ou do Fundo Municipal de Turismo;

V - seja pessoa jurídica não-governamental que tenha, na composição de sua diretoria, membro do Fundo Municipal de Turismo ou pessoa inadimplente com prestação de contas de projeto turístico realizado anteriormente;

VI - já tenha projeto aprovado na mesma área turística para execução no mesmo ano civil;

VII - sendo pessoa jurídica de direito privado, não tenha por objeto o exercício de atividades na área turística em que se enquadre o projeto.

Art. 38. Os recursos do Fundo Municipal de Turismo não poderão ser aplicados em construção e/ou conservação de bens imóveis, exceto quando se tratar de projetos para a área de Patrimônio Turístico.

Art. 39. Os recursos do Fundo Municipal de Turismo poderão ser aplicados na aquisição de material permanente, desde que o proponente seja órgão público e os materiais sejam imprescindíveis à execução do projeto e/ou ainda sejam objeto de atendimento em benefício a toda a comunidade local.

Art. 40. Os recursos utilizados indevidamente deverão ser devolvidos, acrescidos de juros conforme índice estabelecido na legislação tributária municipal, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas nesta lei



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 23 de agosto de 2021 ..... Fls. 12 de 12*

Art. 41. Os proponentes dos projetos aprovados deverão divulgar, obrigatoriamente, em todos os produtos turísticos, atividades, comunicações, *releases*, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas, e outras, o apoio institucional do Governo Municipal, do Departamento de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo, sob pena de serem considerados inadimplentes.

Art. 42. Os projetos já aprovados e desenvolvidos anteriormente e que forem concorrer novamente aos benefícios do investimento turístico com repetição de seus conteúdos fundamentais, deverão anexar relatório de atividades, contendo as ações previstas e executadas, bem como explicitar os benefícios planejados para a continuidade.

Art. 43. Os projetos não aprovados ficarão à disposição de seus proponentes até 30 (trinta) dias após a divulgação do resultado, sendo inutilizados aqueles que não forem retirados nesse prazo.

### **CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 44. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Programa do Município, suplementadas se necessário.

Art. 45. Revogam-se as Leis Municipais:

I - nº 2.092, de 8 de dezembro de 1999; e

II - nº 2.373, de 1º de abril de 2005.

Art. 46. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 23 de agosto de 2021.

**ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)**  
Prefeito

ATS/JRA/LCP/ammm  
PLO



*Estância Turística de Paraguaçu Paulista*  
*Estado de São Paulo*

**LEI Nº 2.092, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1999.**

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE  
TURISMO - FUMTUR - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ARRUDA GARMS**, Prefeito Municipal de Paraguaçu Paulista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara **APROVOU** e ele **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criado o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR - que será gerido pelo Departamento de Administração e Finanças, ouvido o Conselho Municipal de Turismo quanto aos programas.

**Art. 2º** - O Fundo Municipal de Turismo tem por objetivo a captação e repasse de recursos para os projetos de Turismo, Esporte e Lazer.

**Art. 3º** - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Turismo:

I - Os preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico;

II - A venda de publicações turísticas editadas pelo Poder Público;

III - A participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística;

IV - Os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

V - As doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais;

VI - As contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;

VII - Os recursos de convênios que sejam celebrados.



## *Estância Turística de Paraguaçu Paulista*

*Estado de São Paulo*

**VIII** - Os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;

**IX** - Outras rendas eventuais.

**Art. 4º** - Os recursos do Fundo Municipal de Turismo serão utilizados:

**I** - No financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de turismo desenvolvidos pelo Departamento de Turismo, Esporte e Lazer;

**II** - Na aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários para o desenvolvimento dos programas, projetos e serviços de turismo;

**III** - Na construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para a prestação de serviços de turismo;

**IV** - No desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de turismo;

**V** - No desenvolvimento de programas, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo.

**Art. 5º** - Os recursos do Fundo Municipal de Turismo serão depositados em instituição financeira oficial, em conta própria, sob a denominação de Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR.

**Art. 6º** - O Fundo Municipal de Turismo, através do Departamento de Administração e Finanças, prestará contas dos valores recebidos e despendidos para o desenvolvimento do turismo municipal.

**Parágrafo Único:** A prestação de contas de que trata o "caput" do artigo, será feita mensalmente de forma sintética e anualmente de forma analítica.

**Art. 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** - Revogadas as disposições em contrário.



*Estância Turística de Paraguaçu Paulista*  
*Estado de São Paulo*

Paraguaçu Paulista, 08 de Dezembro de 1999.

  
**CARLOS ARRUDA GARMS**  
Prefeito Municipal

**REGISTRADA**, nesta Secretaria em livro próprio na data supra **PUBLICADA**  
por Edital e afixada em lugar público de costume.

  
**ONÓRIO FRANCISCO ANHESIM**  
Chefe de Gabinete



# *Estância Turística de Paraguaçu Paulista*

Estado de São Paulo

## **LEI Nº 2.373, DE 01 DE ABRIL DE 2005.**

Autoria do Projeto: Prefeito Municipal

### **ALTERA A REDAÇÃO DE ARTIGOS DA LEI Nº 2.092 DE 08/12/2005, CONFORME ESPECIFICA.**

**CARLOS ARRUDA GARMS**, Prefeito Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara municipal **APROVOU** e ele **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Art. 2º da Lei nº 2.092, de 08/12/1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º- O Fundo Municipal de Turismo tem por objetivo a captação e repasse de recursos para projetos de Turismo”.

**Art. 2º** - O inciso I, do Art. 4º, da Lei nº 2.092, de 08/12/1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Turismo serão utilizados:

I - No financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de turismo desenvolvidos pelo Departamento de Turismo”.

**Art. 3º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Paraguaçu Paulista, 01 de abril de 2005.

  
**CARLOS ARRUDA GARMS**  
Prefeito Municipal

**REGISTRADA** nesta Secretaria em livro próprio na data de supra e **PROMULGADA** por Edital afixado em local público do costume.

  
**VIVALDO ANTÔNIO FRANCISCETTI**  
Chefe de Gabinete





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

## MEMORANDO

Nº.: 142/2021 | DTUR-CULT/2021

Data: 20 de Agosto de 2021

**Do:** DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA  
**Para:** Assessoria de Assuntos Legislativo - ALEGIS  
**A/C.:** Antônio Marcos Motai Messias  
**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei das Agências de Turismo e Fundo Municipal de Turismo para dar prosseguimento aos trâmites legais.

Prezado Senhor

Encaminhamos a Vossa Senhoria as Leis que dispõe e sobre a reformulação do Fundo Municipal de Turismo, deliberadas e aprovadas em reunião do Conselho Municipal de Turismo, realizada no dia 18 de agosto de 2021, para dar prosseguimento aos trâmites legais conforme Ata em anexo.

Informamos que houve alteração no § 1º. Do inciso III do artigo 4º do Capítulo II que trata da Administração e Controle, no Projeto Lei que reformula o Fundo Municipal de Turismo onde foi feita a retificação conforme segue abaixo:

Onde consta:

... membros do Conselho Municipal de Turismo será realizada em assembleia do Comtur,...

Altera-se para:

... membros da Diretoria do Fundo Municipal de Turismo será realizada em assembleia do Comtur,...

A referida Lei foi aprovada por unanimidade.

Já o Projeto de Lei sobre a regulamentação, funcionamento, cadastro e fiscalização das Agências de Turismo no Município, não houve retificação sendo aprovada por unanimidade.

Segue em anexo:

- Ata da reunião Ordinária realizada em 18/08/2021;
- Lista de presença;
- Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a reformulação do Fundo Municipal de Turismo;

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

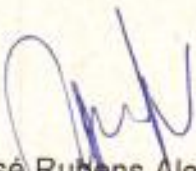
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA**

d. Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a regulamentação, funcionamento, cadastro e fiscalização das Agências de Turismo no Município.

Os referidos arquivos enviaremos por e-mail.

Certos da atenção de Vossa Senhoria, nos colocamos a disposição para quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



José Rubens Aleixo  
Diretor do Depto. de Turismo e Cultura




Comtur

*Por que o turismo importa*

## CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

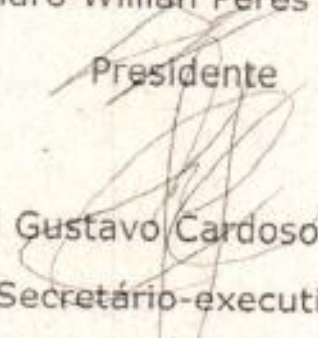
Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Turismo, aos dezoito dias do mês de Agosto de 2021, as dezesseis horas e 20 minutos, no Prédio do Centro Histórico Cultural, situado na Praça Nove de Julho, reuniu-se o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, estiveram presentes 10 conselheiros titulares e 1 suplente este último devidamente representando o conselheiro titular, totalizando 10 conselheiros presentes, constando suas assinaturas em lista de presenças em anexo. O presidente Sandro Willian Peres Souza fez a abertura da reunião agradecendo a presença de todos, foi solicitado pelo presidente, para que o segundo secretário conselheiro Renato fizesse a leitura do ofício recebido do Departamento Municipal de Turismo referente a Lei do FUMTUR, logo depois foi feita a leitura do ofício enviado pelo Conselho Municipal de Turismo ao Departamento de Turismo para seja feita a manutenção da estrada rural que dá acesso ao Museu do Café localizado o Sítio Terra Nossa na zona rural do município, foi aberta a palavra ao conselheiro Rafael que apresentou os resultados da Rota Cervejeira realizada no dia 15 de agosto e apresentada a proposta do Sítio Tour que será realizada em 22 de agosto, mostrando o pleno desenvolvimento do turismo no município. Foi colocado pelo presidente para apreciação e votação a Lei das Agências de Turismo a qual foi devidamente aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. O presidente Sandro passou a palavra para o diretor do Departamento de Turismo explanar sobre a lei do FUMTUR, onde a tempo foi feita modificação no parágrafo 1º do inciso III do artigo 4º do Capítulo II que trata da Administração e Controle, onde foi feita a retificação e inclusão de modificações atendendo a solicitação dos membros do conselho para melhor clareza no referido artigo da lei, ainda foi esclarecida dúvidas quanto ao parágrafo 3º do mesmo artigo que faz referência sobre em caso de empate as decisões as quais serão submetidas a deliberação do

COMTUR, após feito isso, foi colocada para apreciação e votação a qual foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. O conselheiro Gustavo solicitou a palavra onde explanou sobre o projeto do plantio das cerejeiras na Avenida Miguel Deliberador defronte ao Jardim das Cerejeiras, o qual fechou parcerias e no momento da reunião com Dardanella Pizzaria e com o Resort Parque das Araras, ambas as empresas irão patrocinar mudas de cerejeiras para o projeto que está sendo realizado pela ONG Salvar. Tendo eu Conselheiro Rafael Gustavo Cardoso Ferreira secretariado a reunião, e o senhor Sandro Willian tendo presidido a mesma, foi finalizada a mesma agradecendo a presença de todos.



Sandro Willian Peres Souza

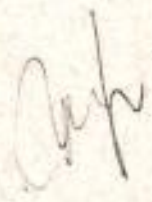
Presidente



Rafael Gustavo Cardoso Ferreira

Secretário-executivo

15



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARACATU - SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA  
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

REUNIÃO: 03 JORNALINHA [ 03 ] EXTRAORDINÁRIA

DATA: 18 de AGOSTO de 2021

PODER PÚBLICO

SEGMENTO	NOME	TELEFONE	E-MAIL	RUBRICA
GABINETE DO PREFEITO	Titular	LIBIO TAIETTI JUNIOR		
	Suplente	VIVIANE LIMA ALVES		
TURISMO E CULTURA	Titular	JOSÉ RUBENS ALEIXO		
	Suplente	LUIS CARLOS PEDROZO		
EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER	Titular	JULIO CESAR DE ALMEIDA		
	Suplente	MATHEUS V. CHRISTIANO PEREIRA		
MEIO AMBIENTE	Titular	GUSTAVO AMARAL V. DA SILVA		
	Suplente	PRISCILA CUNHA M. S. RUIZ		
OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Titular	PERLA DA SILVA MANGUEIRA		
	Suplente	VÂNIA FERREIRA RIOS		

INICIATIVA PRIVADA

SEGMENTO	NOME	TELEFONE	E-MAIL	RUBRICA
TURISMO E AVENTURA	Titular	LUCIANO VIEIRA MACHADO		
	Suplente	RAFAEL WILLIAN PAES		
AGÊNCIA DE TURISMO E RECEPTIVO	Titular	SANDRO WILLIAN SOUZA PERES		
	Suplente	ANDREIA APARECIDA D. BOTELHO		
ARTESÃOS DO MUNICÍPIO	Titular	NEUSA MARINA MARCON RUÍZ		
	Suplente	VANDA FRANCSCHETTI YOSHINO		
ASSOCIAÇÃO COMER. E EMPRESARIAL	Titular	FERNANDO ANÍSIO DA ROCHA		
	Suplente	JOSÉ ULISSES MONTEIRO DECANINI		

SEGMENTO		NOME	TELEFONE	E-MAIL	RUBRICA
ASSOC. CULT. ESP. DE PARAGUAQUA PTA	Titular	CELINA HARUMI NISHIZAWA			
	Suplente	HIROSHI KAKINOANA			
ASSOC. DOS PROF. ENG. E ARQUITETOS DE PARAG. PTA	Titular	RENATO ALVES BOTEHO			15
	Suplente	DANILO ALVIM			
CLUBE DE SERVIÇOS	Titular	NEUZELI FURIO PEREIRA			
	Suplente	EDUARDO KILL			
TURISMO RURAL	Titular	JULIANO BARBARESCO			
	Suplente	LARYANE MARA ANDR. BARBARESCO			
GUIAS DE TURISMO	Titular	ELIANA APARECIDA DA CRUZ SOUZA			
	Suplente	RODRIGO GOES			
MEIOS DE HOSPEDAGEM	Titular	TANIA MARA PAES B. MOVIO			
	Suplente	SAMUEL NASCIMENTO DE ANDRADE			
PIZZARIAS E RESTAURANTES	Titular	LOURIMAR APARECIDO PEREIRA			
	Suplente	MÁRIO ANTONIO VILHARQUIDE			
LANCHONETES E SIMILARES	Titular	RAFAEL GUSTAVO C. FERREIRA			
	Suplente	DEVANIL ANDRÉ DE CAMPOS			
SINDICATO RURAL E SIMILARES	Titular	JEAN ADRIANO PEREIRA			
	Suplente	MILTON JANEGITZ			

San Carlos V. Septh  
San Carlos ou P. H. H. L. - 2001

13/08/2021 13:16:10

